

## **DEFESA, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA DO SUL**

*Aula Inaugural do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, no  
V Curso Avançado de Defesa Sul-Americano*

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2016

Senhoras e senhores,

É uma satisfação estar aqui para proferir a aula inaugural do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano.

Pela quinta vez, a Escola Superior de Guerra reúne, nesta bela cidade do Rio de Janeiro, estagiários brasileiros e sul-americanos para juntos pensarem nos desafios da construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa.

Saúdo, inicialmente, os 19 estagiários do V CAD-Sul, representantes civis e militares da Bolívia, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela. Ao trazerem as perspectivas de seus respectivos países e instituições, as senhoras e os senhores enriquecerão nossa convivência e poderão aprofundar seus estudos ao longo das próximas semanas.

Representantes da Argentina, do Peru e do Suriname não estão presentes por motivos de força maior.

Durante o curso, as senhoras e os senhores trabalharão com conteúdos importantes, começando com uma caracterização dos países membros da UNASUL e com análises da evolução recente do processo de integração sul-americano.

A grade curricular prevê, ainda, o exame de outros temas importantes para bem compreender a inserção de nosso continente no ambiente de segurança internacional, como organismos internacionais, geopolítica e geoestratégia, segurança e defesa e a Base Industrial de Defesa nos países de nossa região.

Trata-se de uma agenda ampla e complexa, mais ainda por incluir temas em constante evolução. Não se trata apenas de lidar, por assim dizer, com alvos móveis, cuja dificuldade os militares aqui conhecem bem. Trata-se de entender processos que se transformam através do tempo.

O Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-americano (CEED-CDS) já vem produzindo textos de conjuntura, documentos de trabalho e artigos de conjuntura, a partir de uma agenda estabelecida pelo CDS. O primeiro volume do seu documento de cenários já foi publicado, assim como o diagnóstico da institucionalidade do setor de defesa na América do Sul. São os primeiros resultados de um trabalho que contou com a colaboração dos delegados de todos os nossos países junto ao Centro, em Buenos Aires.

Caberá às senhoras e aos senhores aproveitar essa produção e refletir sobre seus aportes à formulação das políticas públicas de defesa em nossa região.

Desde logo, manifesto meu interesse em receber as conclusões que este grupo produzirá acerca dos desafios comuns enfrentados por nossos países no campo da defesa, do desenvolvimento e do aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Aqui se desenvolve a camaradagem, que, de algum modo, azeita as engrenagens das máquinas burocráticas em que os senhores trabalham. É provável que entre as senhoras e os senhores estejam futuros ministros, vice-ministros, comandantes de Força, entre outros funcionários graduados de nossos ministérios de defesa e comandos das Forças Armadas.

É também possível que daqui a dez ou quinze anos, quando as senhoras e os senhores precisarem tomar decisões relevantes para a segurança de seus respectivos países, lembrem-se de consultar uns aos outros diretamente, de informar os antigos colegas dos passos que pretendem dar, com isso evitando resistências e angariando apoios.

A agenda do CAD-Sul é a construção de uma agenda convergente de defesa, atenta aos interesses nacionais de nossos países. Desde 2012, este curso figura nos planos de ação anuais do CDS. E, a partir deste ano, passou a integrar também o programa da recém-criada Escola Sul-Americana de Defesa, a ESUDE.

É por isso que o CAD-Sul, pensado inicialmente como uma espécie de “piloto”, foi transferido para a oferta acadêmica da ESUDE, que neste ano oferecerá quatro cursos, todos em articulação com prestigiosas instituições acadêmicas ligadas aos nossos Ministérios de Defesa.

Há um par de semanas, o primeiro desses cursos encerrou-se, com uma semana de trabalhos presenciais no Centro de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos das Forças Armadas do Peru. No próximo trimestre, o Chile oferecerá um curso sobre a perspectiva de gênero em Defesa, época em que o Equador dará início a um curso já no formato modular e interinstitucional proposto pela ESUDE.

Estamos avançando, portanto, na criação das redes de relacionamento e na concepção das visões comuns que servirão de esteio ao fortalecimento de nossa cultura de defesa compartilhada. Estamos empregando os instrumentos que criamos no âmbito do CDS, em especial o CEED e a ESUDE, para ampliar o já elevado nível de confiança que marca a América do Sul nesse campo.

Principalmente, estamos nos valendo dessas práticas para ampliar o conhecimento que temos uns dos outros. Somente assim saberemos quais são os interesses que compartilhamos, podendo fazer convergir nossas políticas correspondentes.

★★★

Senhoras e senhores,

[Agenda de defesa - Defesa]

Feitas essas considerações iniciais sobre o curso e a dinâmica integradora e pessoal que estamos construindo, desejo ingressar agora na parte propriamente conceitual de minha palestra.

A agenda do Ministério da Defesa do Brasil pode ser sintetizada no trinômio defesa, desenvolvimento e democracia: (i) a categoria “defesa” reúne os conceitos e valores que fundamentam a nossa política de defesa, como o da interoperabilidade; (ii) o “desenvolvimento” remete à base industrial de defesa, à necessidade de modernização de equipamentos, à superação do nosso atraso tecnológico e às perspectivas de comércio exterior; (iii) a referência à “democracia” traduz o mais absoluto respeito à ordem constitucional e política de nosso País e evoca a transparência e a participação.

Em estudo divulgado recentemente, a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP) mostrou que a defesa tem o PIB setorial de aproximadamente 202 bilhões de reais, em uma indicação do grande impacto do setor, embora este ainda precise de modificações regulatórias para se expandir.

Além disso, a estratégia de defesa brasileira integra a dissuasão, por meio da consolidação de capacidades de defesa, e a cooperação, voltada, sobretudo, para o ambiente regional. A cooperação torna o conflito estruturalmente inviável, inclusive do ponto de vista material, e moralmente indesejável. Ademais, a cooperação regional também contém um componente dissuasório, na medida em que desincentiva atos hostis de potências extrarregionais. Temos aí, portanto, os dois conceitos integrados: a dissuasão pela cooperação.

A tríade “defesa, desenvolvimento e democracia” encontra ressonância na realidade de nossos vizinhos sul-americanos, com os quais compartilhamos tantas características de nosso processo histórico e de nossa formação nacional, além de elementos de coesão identitária.

Se a Europa, com seus séculos de guerra, convulsões políticas e massacres, além da diversidade linguística e étnico-cultural, conseguiu integrar-se, do ponto de vista estratégico, poucos anos após a Segunda Guerra Mundial, o que impede nossos países, que há várias décadas não têm qualquer conflagração, de cooperarem e se integrarem no campo estratégico e de defesa? Além disso, muitos dos desafios que enfrentamos em nosso subcontinente são comuns – tanto no plano socioeconômico, quanto no âmbito da defesa e da segurança.

A prioridade que atribuímos aos países vizinhos sul-americanos foi consagrada, na política de defesa brasileira, pelo conceito de “Entorno Estratégico”, que figura em nossos documentos de defesa desde a Política de Defesa Nacional de 2005 e vem sendo progressivamente reafirmado.

Integram este entorno:

1) os países sul-americanos com os quais compartilhamos nossos quase 17 mil km de fronteiras terrestres, todas estabelecidas com base nos métodos de solução pacífica de controvérsias há mais de um século, e que hoje conformam espaços de integração física, energética e de cooperação para o desenvolvimento;

2) o Atlântico Sul, ou o vasto espaço chamado poeticamente pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva de “um rio chamado Atlântico”, que compreende a nossa “Amazônia Azul”; este ano, comemoramos o 30º aniversário da declaração constitutiva da ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; o Atlântico Sul é um vasto espaço que tem em suas margens dezenas de países em desenvolvimento, um espaço que queremos manter desmilitarizado e desnuclearizado, aberto à navegação (praticamente todo o comércio

exterior do Brasil flui por esse Oceano), ao desenvolvimento e à exploração dos amplos recursos pesqueiros e energéticos;

3) países da costa ocidental da África, nele assistem ao por do sol na outra margem desse "rio chamado Atlântico"; compartilhamos com muitos desses países a forte matriz africana de nossa população (após a Nigéria, o Brasil é o país com maior presença negra no mundo) e a herança colonial e linguística portuguesa;

4) a Antártica, na qual o Brasil mantém importantes pesquisas científicas;

5) a América Central e o Caribe, tão próximos do norte de nosso continente e da nossa Amazônia, com os quais compartilhamos amplas áreas de convergência histórica, étnica e cultural (Gabriel García Márquez fala de um "Caribe cultural" que se estende até o Nordeste do Brasil), e nos quais nossos militares contribuíram e contribuem com missões de paz, seja sob a égide da ONU, seja da OEA.

Sempre definimos nosso entorno geográfico como um espaço de cooperação e desenvolvimento. Ao contrário de todas as intuições realistas, imbuídas de uma lógica de soma zero de poder, o Brasil visualiza esse entorno estratégico como um espaço de soma positiva, como um jogo onde todos ganham, no qual a perda de um é a perda de todos em seu conjunto.

Em síntese, visualizamos nosso entorno geográfico no contexto de uma visão de mundo multipolar. Nosso entorno geográfico é um polo de poder, que queremos constituir como uma área de paz, desenvolvimento e cooperação, uma zona de estabilidade político-estratégica, sem ingerências externas, em um mundo instável.

A definição pacífica de nossas fronteiras, todas negociadas pela via diplomática e com base no direito internacional, marcou historicamente a configuração territorial de nosso subcontinente. Comparem nossa América do Sul com outros continentes, nos quais se derramou tanto sangue e se esvaíram os recursos das sociedades envolvidas em guerras de fronteira. As guerras foram aqui menos frequentes; e a paz um objetivo compartilhado por nossas elites políticas. Celebramos, agora, a conclusão do processo de paz na Colômbia, que sofria com meio século de guerrilha. É o último foco de conflagração em nosso continente. Somos, definitivamente, um continente de paz. Queremos, agora, o desenvolvimento, para que essa paz seja sustentável no longo prazo.

Em um cenário internacional marcado pelo aumento da instabilidade e por novos e desafiadores padrões de conflito, torna-se ainda mais fundamental e estratégico que cultivemos a estabilidade em nossa região. Ao fazê-lo, não apenas estaremos servindo aos nossos interesses e mantendo nossas tradições; estaremos também contribuindo para ampliar a estabilidade do ambiente internacional e para a paz mundial.

Temos, então, a responsabilidade de contribuir para a paz mundial, ao manter nossa própria região estável e próspera, uma fonte de soluções para o mundo, inclusive porque nesse ambiente podemos produzir mais alimentos para um número cada vez maior de seres humanos. Para dar-lhes uma ideia, as estimativas mais recentes da Divisão de População da ONU apontam que, até 2050, a população mundial será de quase 10 bilhões de habitantes, dos quais quase 8 bilhões viverão na África e na Ásia. Coloquem isso em perspectiva, lembrando-se de que, em 1950, éramos 2,5 bilhões de seres humanos na Terra.

Ao longo da história, a guerra sempre implicou o uso de forças convencionais e irregulares, que se coordenavam estrategicamente, em distintas medidas, mas estavam, quase sempre, separadas geograficamente. Assim como a inteligência, os meios não convencionais não chegavam necessariamente a ser empregados nos mesmos teatros de operação. Não por acaso, foi possível, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, tratar especificamente das leis na guerra, construindo um corpo de normas e tratados que disciplinam o uso da força entre combatentes, estabelecem regras para lidar com os não combatentes, impõem limites e condições às forças armadas regulares no concerto internacional.

Contemporaneamente, no entanto, o uso conjunto dessas forças está cada vez mais versátil e simultâneo, abrindo espaço ao emprego de mercenários, a violações de direitos humanos, a arbitrariedades incompatíveis com a sociedade internacional a que almejamos. Isso gera conflitos que se desenrolam em diversos cenários ao mesmo tempo, envolvem múltiplos atores, não apenas os estatais, e são cada vez mais intensivos em tecnologia. Talvez o ambiente cibernético seja o que melhor ilustra uma das principais consequências desse processo: a impossibilidade de imputar responsabilidades aos praticantes de atos de força.

A guerra contemporânea, e a do futuro, vêm sendo estudadas por especialistas militares, tomadores de decisão e acadêmicos, que propõem novos conceitos capazes de orientar nossa ação.

Nesse contexto, gostaria de destacar o conceito de “guerra híbrida”, cada vez mais adotado para a definição dos conflitos do século XXI, e que será integrado nas novas Política e Estratégia Nacional de Defesa, a serem lançadas nas próximas semanas. O conceito realça características dos conflitos contemporâneos e tornam a definição das missões das Forças Armadas muito mais complexa, dinâmica e sofisticada do que estamos acostumados em nossas doutrinas militares. A guerra híbrida é uma combinação de guerras convencionais, irregulares, assimétricas, cibernéticas, de propaganda contra adversários altamente flexíveis, imprevisíveis e sofisticados, particularmente de natureza não-estatal ou de perfil terrorista.

Antes mesmo do surgimento do conceito de guerra híbrida, o sistema interamericano já discutia, desde 2003, a percepção de uma segurança multidimensional. A Assembleia Geral da OEA voltou a mencionar este ano o conceito de múltiplas dimensões de segurança, que merece ser melhor definido, criticado e avaliado em vários foros governamentais e instâncias acadêmicas, incluindo a reunião de Ministros da Defesa das Américas, da qual participei em outubro, em Trinidad & Tobago, e – por que não – também aqui por vocês, em nosso curso de defesa sul-americano.

Se é verdade que o uso simultâneo de forças regulares e irregulares, dentro e fora dos teatros de operação relevantes, não constitui novidade nas estratégias de combate, também é fato que as possibilidades de combinação desses meios se ampliaram exponencialmente nos dias atuais. O número de atores não estatais relevantes se multiplicou, o tempo de resposta aos desafios se reduziu significativamente, as possíveis combinações de instrumentos cinéticos e virtuais só encontram limite na criatividade dos que as imaginam e realizam.

O ofício de proteger nossas sociedades se tornou muito mais complexo e difícil nos últimos anos.

Guardadas as proporções, foi o que pudemos sentir no Brasil, com o preparo e a atuação na garantia da segurança durante os grandes eventos que sediamos nos anos recentes.

Em que pese a considerável preocupação midiática com as ameaças de segurança que poderiam ocorrer durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos aqui no Rio, felizmente tudo correu bem. O Brasil cumpriu com êxito a missão de prover um ambiente seguro e pacífico para atletas, turistas e cariocas, com amplo e justo reconhecimento nacional e mundial.

O patamar de 90% de aprovação da segurança e defesa durante os Jogos junto à opinião pública indica a excelente qualidade do trabalho do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, de suas Chefias e de sua Assessoria Especial de Grandes Eventos, em estreita colaboração com outras agências e instâncias do Governo brasileiro e suas congêneres no exterior. O Ministério da Defesa vem trabalhando há anos no planejamento dessa operação. Cada detalhe foi revisto, cada cenário submetido a profunda avaliação, cada estratégia amparada em exaustivos testes e em alternativas de ação. Os ganhos de experiência, interoperabilidade entre as Forças e agências e a cooperação internacional em matéria de segurança foram, sem dúvida, dos principais legados das Olimpíadas e Paralimpíadas no nosso País.

O legado da atuação da Defesa nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos tem importantes elementos tangíveis e vários outros intangíveis que, juntos, contribuem, para a missão e para a imagem do Ministério da Defesa junto à sociedade.

Em relação aos primeiros, cabe mencionar a aquisição de equipamentos e sistemas de defesa e também de equipamentos desportivos, bem como a construção e adequação de instalações esportivas. No segundo grupo, encaixam-se as novas capacitações de militares, o aprofundamento da coordenação interagências, o aumento da integração de comando e controle e o fortalecimento da interoperabilidade entre as Forças Armadas.

\*\*\*

Senhoras e senhores,

[Agenda de defesa - Desenvolvimento]

A dimensão do desenvolvimento é imprescindível para a agenda de defesa brasileira. Ela se fundamenta na constatação, já consagrada em nossos principais documentos, de que a estratégia nacional de defesa é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento. Ambas se reforçam mutuamente.

No marco dessa relação, a Estratégia Nacional de Defesa brasileira define três setores estratégicos, para a defesa nacional: o nuclear, o cibernético e o aeroespacial. Cada Força lidera as ações de fomento a esses setores, em uma dinâmica crescentemente interoperacional e integrada.

Os projetos estratégicos das Forças Armadas, desenvolvidos, em grande medida, no âmbito dos setores estratégicos, trazem importantes ganhos para o Brasil: além de promoverem pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nacionais, impulsionam a economia do país, aquecem o mercado de trabalho e geram produtos exportáveis de alto valor agregado.

No momento, trabalhamos para manter os investimentos nos projetos estratégicos prioritários, garantindo recursos orçamentários com previsibilidade e continuidade, para fortalecer a capacidade produtiva e operacional na área de defesa.

Também na dimensão desenvolvimentista da defesa há o estímulo à integração sul-americana, especialmente por meio do fomento da integração das bases industriais de defesa em nossa região.

Trata-se do tipo de integração que ocorre no caso do desenvolvimento do cargueiro KC-390, em que o Brasil contou com a parceria da Argentina, e do desenvolvimento de lanchas patrulheiras com a Colômbia.

Em uma região estável como a América do Sul, constituída de países com tantas carências socioeconômicas, dificilmente as compras governamentais pelas Forças Armadas de cada país serão suficientes para assegurar a escala industrial necessária para sustentar ou aumentar nossas bases industriais de defesa.

É importante, portanto, que direcionemos esforços para o mercado externo, priorizando estrategicamente nossa própria região, e assegurando também a capacidade de consumo por parte de nossas próprias Forças Armadas.

Priorizar a compra de produtos de defesa entre nossos vizinhos, preferencialmente à de equipamentos produzidos por outras regiões, também é uma aposta no fortalecimento da indústria e no comércio regional, com benefícios econômicos, tecnológicos e sociais que se multiplicarão no espaço econômico de nossos blocos e países.

\*\*\*

Senhoras e senhores,

[Agenda de defesa - Democracia]

Dedico esta última parte de minha apresentação à vertente democrática de nossa política de defesa. Hoje, os temas relacionados com a defesa nacional devem envolver o conjunto das sociedades, de acordo com a convicção de que decisões de paz e guerra, que vão muito além da técnica militar, devem refletir os desejos da soberania popular.

Passadas décadas de ciclos militares, nossos países continuam aprofundando o amadurecimento das relações entre civis e militares, num ambiente de fortalecimento democrático, constitucional e institucional. Este é um legado de nossas gerações contemporâneas, um legado irreversível para a história latino-americana.

Nessa perspectiva, ao final de minha gestão, espero ver implementado o projeto de criação de uma carreira civil de analista de defesa no Ministério da Defesa, que, acredito, em muito contribuirá para a evolução institucional da pasta.

Outra faceta importante da democratização da defesa relaciona-se com a agenda de gênero, que tanto tem avançado no âmbito da Unasul. É também minha intenção que o Ministério da Defesa avance nessa trajetória, por meio da qual os setores de defesa passarão a contar com uma contribuição mais significativa das mulheres. Não passa despercebido como as mulheres também se têm destacado nos colégios militares, por exemplo, e tem sido assim em outros setores da vida social.

Recentemente, o Chefe do Estado-Maior Conjunto do Ministério da Defesa, o Almirante Ademir, aqui presente, participou de um encontro no Reino Unido que debateu a importância da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o aumento da participação feminina em operações de paz da ONU para o patamar de 20%, oportunidade em que o Brasil reafirmou a intenção de cumprir com esses desígnios.

Os elementos a que me referi nesta conferência estão refletidos nos documentos que apresentaremos nas próximas semanas ao Senhor Presidente da República, ao Conselho Nacional de Defesa e ao Congresso Nacional: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

Ao redor de todo o mundo, os chamados livros brancos e documentos de defesa constituem importante ferramenta para aportar transparência à visão estratégica e aos critérios de emprego de nossas Forças Armadas, tanto interna quanto externamente.

Os documentos de defesa têm como um de seus propósitos a ampla e transparente divulgação de percepções e objetivos nessa área, com vistas a melhorar a qualidade da comunicação a construir confiança e a aperfeiçoar a cooperação na matéria, além de estimular o debate acadêmico e da opinião pública nacional. Em nossos países, esses documentos têm servido também a informar nossas sociedades sobre os assuntos de defesa e a envolvê-la nos processos decisórios mais relevantes. Trata-se, enfim, de uma ferramenta de construção de confiança pela informação, tanto interna quanto externamente.

No Brasil, esses documentos vêm sendo produzidos, revisados e debatidos há vinte anos. Nossa primeira política de defesa nacional veio à luz em 1996, em plena transição para a democracia, e constituiu passo importante no processo de consolidação desse setor, cujo marco mais importante foi a criação do MD, em 1999.

Atualmente, a Estratégia Nacional de Defesa se baseia na Política Nacional de Defesa, e vale aqui sublinhar a ordem dos termos: não se trata, apenas, de uma política de “defesa nacional”, mas “nacional de defesa”, ou seja, uma política ampla de interesse nacional, estabelecida pela Nação brasileira, voltada para a defesa de seu patrimônio e valores, coerente com outras agendas de Estado e de longo prazo.

O processo de transparência se consolida ainda mais com a publicação e atualização do Livro Branco de Defesa Nacional.

O ciclo de atualização desses documentos deve ser, cada vez mais, inclusivo e democrático.

As mudanças políticas e macroeconômicas vividas por nosso País recentemente compõem, hoje, um cenário doméstico bastante distinto do que vigorava à época da última atualização desses documentos, em 2012, e isso deve transparecer na revisão em curso.

Nos próximos ciclos de atualização, precisaremos nos voltar para a importância de alinharmos nossos documentos com o momento vivido pelo País, considerando os cenários com um olhar realista e de maneira mais coordenada com a perspectiva de investimentos públicos programada pelos Planos Plurianuais. E deveremos também envolver, cada vez mais, nossos vizinhos no processo de discussão sobre nossos desafios comuns.



Já demos início a esse processo. Acompanhamos de perto, e ajudamos a promover a discussão do Livro Branco de Defesa que a Argentina publicou no ano passado. Aqui mesmo nesta Escola realizamos, os dois Ministérios de Defesa, um debate aberto visando produzir insumos para aquele documento.

O Chile já realizou pelo menos uma dezena de debates no marco da redação de seu novo Livro Branco, alguns dos quais em articulação com a Argentina.

Em maio deste ano, o Uruguai publicou sua primeira Política Militar de Defesa, que faz as vezes de um livro branco e aprofunda um processo de transparência iniciado formalmente com a sua Lei de Defesa Nacional de 2010.

O recém-empossado Governo do Peru também já anunciou a intenção de atualizar seu livro branco de defesa.

Estamos diante de um processo de aprofundamento da transparência e da confiança, que certamente nos abrirá importantes avenidas de cooperação no campo da defesa.

Estou certo de que esses documentos, assim como os subsídios utilizados em sua elaboração, servirão como medida de construção de confiança entre nossas burocracias. Mais que isso, estou certo de que esses materiais também servirão de base para os estudos e debates que as senhoras e os senhores realizarão aqui nas próximas semanas.

Estou convencido, por fim, de que nossos governos não investem recursos e energias simultaneamente nesses processos por coincidência. Isso acontece agora porque nossos sistemas democráticos estão consolidados, nossas sociedades querem e devem participar mais ativamente das decisões sobre a defesa nacional.

Vivemos um momento de crescente aproximação entre civis e militares, no adequado marco de nossas instituições democráticas. E é a força dessas instituições que impulsionará e dirigirá as contribuições desse setor à promoção do desenvolvimento mais amplo de nossas economias e sociedades.

\*\*\*

Senhoras e senhores,

Há apenas 16 anos nossos presidentes se reuniram a sós para pensar os interesses compartilhados pelos países sul-americanos.

O processo, iniciado em Brasília, desembocou na criação da Unasul, com seus 12 conselhos setoriais e a responsabilidade de fomentar iniciativas de cooperação internacional que conformem, no longo prazo, uma maior união das nações sul-americanas. Nesse processo, um dos mais exitosos conselhos tem sido o de Defesa.

Queremos que o Brasil, e a América do Sul, continuem a integrar um espaço geopolítico reconhecidamente pacífico, marcado por uma contribuição construtiva para a paz mundial, sob os auspícios do multilateralismo.

As senhoras e os senhores têm, pois, a responsabilidade de contribuir para esse continuado êxito.

À frente do Ministério da Defesa, comprometo-me com o incentivo contínuo a esse tipo de atividade, voltada para pensar a integração estratégica sul-americana.

Será o caso do Seminário de Integração da América do Sul, programado para o próximo ano, a cargo do Instituto Pandiá Calógeras em parceria com o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, o IPRI, do Itamaraty, e da ESG. Tomaremos o cuidado de informá-los, através do CEED e da ESUDE, dos resultados desse importante evento.

Mantenham-se, portanto, ligados a essa rede, alimentando-a. Ela depende de seus aportes para consubstanciar nossa cooperação em defesa, para desenvolver nossa identidade comum nesse campo tão importante da vida de nossas sociedades, para ampliar nossa capacidade de enfrentar riscos e desafios comuns e, por que não dizer, de dissuadir possíveis ameaças externas no futuro.

Desejo a todas e a todos um excelente curso e uma agradável estadia na cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado!